



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Concurso Público com publicidade internacional

**Aquisição de bens para os novos espaços do Laboratório de Experimentação da
Administração Pública Regional dos Açores – INCUBA. Açores**

Programa do Procedimento



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Capítulo I

Objeto e âmbito do Concurso

Artigo 1.º

Objeto do Concurso

O presente concurso público tem por objeto a aquisição, por lotes, de bens para os novos espaços do Laboratório de Experimentação da Administração Pública Regional dos Açores – INCUBA. Açores

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, doravante designada por SRFPAP, contribuinte n.º 672 002 728, sita à rua de São João, n.º 47, 9504-533 Ponta Delgada.

2

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública Regional, por Despacho datado de 17 de julho de 2025.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Artigo 4.º

Tramitação Procedimental

O presente concurso é tramitado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, na sua atual versão (RJCPRAA) e pelo Código dos Contratos Públicos (CCP).

Artigo 5.º

Órgão competente para prestar esclarecimentos

O órgão competente para prestar esclarecimentos é o júri do procedimento.

Artigo 6.º

Preço Base

1 - O presente procedimento é dividido por lotes, sendo definido como preço base para cada um dos lotes, num total de 506.500,00€ (quinhentos e seis mil e quinhentos euros) de acordo com a seguinte divisão:

LOTE I – **Equipamentos de rede e Colaboração** – preço base de 141.000,00€ (cento e quarenta e um mil euros).

LOTE II – **Equipamentos para postos de trabalho** – preço base de 104.000,00 € (cento e quatro mil euros).

LOTE III — **Cabines Insonorizadas** - preço base de 118.000,00€ (cento e dezoito mil euros).

LOTE IV — **Mobiliário** - preço base de 137.000,00€ (cento e trinta e sete mil euros).

LOTE V - **Utensílios** – preço base de 6.500,00 € (seis mil e quinhentos euros).

2 - O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, conforme disposto no n.º 1 do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (adiante CCP), na sua atual versão, é de 506.500,00€ (quinhentos e seis mil e quinhentos euros).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Capítulo II

Apresentação de Propostas

Artigo 7.º

Modo de apresentação das propostas

- 1 - As propostas devem ser submetidas na plataforma eletrónica AcinGov até às 23h59 do trigésimo dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia, no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores e no Diário da República.
- 2 - A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio.
- 3 - Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data referida no número 1 do presente artigo.
- 4 - Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.
- 5 - Não são aceites propostas entregues por qualquer outro meio que não a plataforma.

Artigo 8.º

Prazo mínimo da obrigação da manutenção das propostas

O prazo mínimo de obrigação de manutenção das propostas é de 90 (noventa) dias, contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Artigo 9.º

Lotes

- 1 – Os concorrentes poderão concorrer a qualquer um dos lotes.
- 2 – Os lotes serão adjudicados de forma independente, ou seja, será avaliado cada um dos lotes de forma segregada, podendo ser adjudicado qualquer um dos lotes a qualquer um dos cocontratantes.
- 3 – A adjudicação poderá ser realizada em contratos separados, por lote ou por agregação.
- 4 – Será feita adjudicação mediante o artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos, se houver proposta única no Lote.

Artigo 10.º

Documentos que constituem as propostas

- 1 - As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Único de Contratação Pública (DEUCP);
 - b) Certidão Permanente ou código de acesso à mesma referente à pessoa jurídica do Concorrente, no caso de pessoas coletivas, ou a todas elas, no caso dos agrupamentos de pessoas coletivas;
 - c) Documento que indique o poder de representação e a assinatura do assinante;
 - d) Documento que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenha os atributos da proposta, de acordo com os quais o Concorrente se dispõe a contratar:
 - i. Preço global da proposta indicado em algarismos e por extenso, não incluindo o IVA;
 - ii. Proposta de bens a fornecer, e catálogo sintético com a descrição dos mesmos;
 - iii. Se aplicável, documentos ou evidências que atestam a equivalência, nos termos do artigo 2.º da Portaria n.º 72/2018, de 9 de março.
 - iv. Documento que indique os atributos sujeitos a avaliação e a sua localização.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

- e) Registo de Beneficiário Efetivo completo e datado, com a indicação de todos os beneficiários efetivos, que permita o cumprimento da subalínea iii) da alínea d), do número 2 do artigo 22.º do Regulamento (UE) 2021/241, de 12 de fevereiro de 2021, o qual deve incluir o código de acesso de forma visível.
 - f) Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, quando pela sua própria natureza ou origem, não seja possível, o interessado deve fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
- 2 - Todos os documentos que constituem a proposta devem ser assinados em conformidade com as regras do presente programa de concurso pelo representante legal do concorrente.
- 3 - Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração e a proposta de preço referidas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do presente artigo devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.
- 4 - Havendo proposta para mais do que um lote, deverão se destacar nos documentos da proposta os diferentes lotes.
- 5 - A indicação dos bens a fornecer em catálogo, bem como o seu descritivo resumido, previsto na subalínea iii. Da alínea d) é imperativa, não sendo aceites declarações sumárias a indicar que são cumpridos todos os requisitos técnicos do Caderno e Encargos.
- 6 - Não será disponibilizado qualquer formato para o DEUCP, devendo o interessado recorrer aos meios próprios, designadamente os disponibilizados pelo IMPIC, I.P In: <https://www.base.gov.pt/base4/pt/deucp/> .



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Artigo 11.º

Propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Capítulo III

Análise das Propostas

Artigo 12.º

Critério de adjudicação

A adjudicação é efetuada através da modalidade monofator para todos os lotes, de acordo com o fator preço.

7

Artigo 13.º

Leilão Eletrónico

Não há lugar a leilão eletrónico.

Artigo 14.º

Relatório preliminar de análise de propostas

- 1 - Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas, por cada Lote.
- 2 - No relatório preliminar, o júri deve também propor a exclusão das propostas relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude o n.º 2 do artigo 146.º do CCP.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Artigo 15.º

Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o a todos os concorrentes através da plataforma eletrónica para que, querendo, se pronunciem por escrito no prazo que para o efeito for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 16.º

Relatório Final

Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, por cada lote, nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

Capítulo IV

8

Adjudicação

Artigo 17.º

Notificação da decisão de adjudicação

1 - O órgão competente para a decisão de contratar notifica todos os concorrentes da decisão tomada, conforme o Lote em questão, remetendo-lhes, através da plataforma eletrónica, o relatório final de análise.

2 – Aos lotes com proposta única aplica-se o disposto nos artigos 147.º e 125.º do Código dos Contratos Públicos, verificado não haver motivos de exclusão, sendo a adjudicação autónoma dos restantes lotes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Artigo 18.º

Documentos de habilitação

- 1 - O adjudicatário deve entregar, através da plataforma, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo III do RJCPRAA;
 - b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
 - i) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - ii) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, do Adjudicatário e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas no artigo 55.º do CCP;
 - d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.
- 2 - Quando o adjudicatário for um agrupamento os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem.
- 3 - Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo Adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis destinado ao seu suprimento.
- 4 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, por solicitação do adjudicatário, o prazo de apresentação dos documentos de habilitação poderá ser prorrogado por um período não superior a 5 (cinco) dias, nos termos do artigo 85.º n.º 2 do CCP.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

CAPÍTULO V

Disposições Genéricas

Artigo 19.º

Agrupamentos

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo ou agrupamento complementar de empresas, em regime de responsabilidade solidária.

Artigo 20.º

Despesas inerentes à celebração do contrato

Correm por conta do Adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

10

Artigo 21.º

Caução

- 1 - Há lugar a caução de 2%, se o valor do preço contratual, no lote ou somatório de lotes em questão, for superior a 200.000,00€ (duzentos mil euros).
- 2 – A caução, entre outras legalmente previstas, tem a forma das garantias previstas no Anexo I.
- 3 – A liberação da caução nos termos dos artigos 81.º e 82.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Artigo 22.º

Adoção de Ajuste Direto

O presente procedimento poderá, posteriormente, fundamentar a adoção de futuro procedimento de Ajuste Direto, nos termos do artigo 27.º, n.º 1, alínea a) do CCP ou do número 5 do artigo 24.º do CCP, verificados os requisitos previstos no mesmo.

Artigo 23.º

Legislação aplicável

Ao presente procedimento é aplicável o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, na sua redação atual, que aprova o Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, conjugado com o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e na demais legislação aplicável.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

ANEXO I

Caução

A

Modelo de Seguro-Caução

A _____ [companhia de seguros], com sede em _____ [morada] presta a favor da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com _____ [tomador de seguro], garantia à primeira solicitação no valor de _____ correspondente à caução prevista no Convite, destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que _____ [adjudicatário], com sede _____ [morada], assumirá no contrato que com ele a Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, vai celebrar, o qual tem por objeto o « aquisição de bens para os novos espaços do Laboratório de Experimentação da Administração Pública Regional dos Açores – INCUBA. Açores» e é regulado nos termos da legislação portuguesa aplicável. A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que _____ (o adjudicatário) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado com o tomador do seguro. Caso alguma das disposições da presente Garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previsto no contrato e na legislação aplicável. [Local e data] [Assinatura]



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

B

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

O depósito em dinheiro será efetuado no Banco _____, à ordem da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito Euros _____ €

Vai _____ [nome do adjudicatário], com sede em _____ [morada], depositar na _____ [sede, filial, agência ou delegação] do Banco _____ [identificar Banco] a quantia de _____ [por algarismos e por extenso] em dinheiro, como caução exigida para a Concurso Público para «aquisição de bens para os novos espaços do Laboratório de Experimentação da Administração Pública Regional dos Açores – INCUBA. Açores», promovido pela Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, nos termos do
_____ 14

Este depósito, sem reservas, fica à ordem da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

(Local e data)

(Assinatura)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

C

**GARANTIA BANCÁRIA À SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS,
PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:**

O _____ [Banco], com sede em
_____ [morada], com o capital social de
_____ [capital social], pessoa colectiva número

[número de identificação de pessoa colectiva], representado por
_____ [representante(s) e respectiva(s)
identificação(ões)], vem prestar, por conta e a pedido de
_____ [nome do adjudicatário], com sede em
_____ [morada], como adjudicatário do
Concurso Público para o «aquisição de bens para os novos espaços do
Laboratório de Experimentação da Administração Pública Regional dos Açores
– INCUBA. Açores», promovido pela Secretaria Regional das Finanças,
Planeamento e Administração Pública, garantia bancária autónoma, irrevogável,
incondicional e à primeira solicitação, a favor da Secretaria Regional das
Finanças, Planeamento e Administração Pública, até ao valor de
_____ euros [repetir por extenso], em caução do bom e pontual
cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do Caderno de Encargos.

Em consequência, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em
dinheiro,

à Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, até
àquele valor sem quaisquer reservas, e para todos os efeitos legais, de todas e
quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo
beneficiário, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite
máximo de 48 horas a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza,
validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo de concurso
e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do Ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente Garantia serão processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

Esta garantia só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos do referido Concurso Público.

Caso alguma das disposições da presente Garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previsto no contrato e na legislação aplicável.

[Local e data]

[Assinatura]